

último comentário

“Comentário lúcido. O que mais me entristece...”
por Zé Kalanga



"No dia a seguir a Berlim estava a limpar o chão para a peça de teatro que ia fazer a seguir."
NUNO LOPES ACTOR AO 1º APÓS VENCER PRÉMIO EM VENEZA



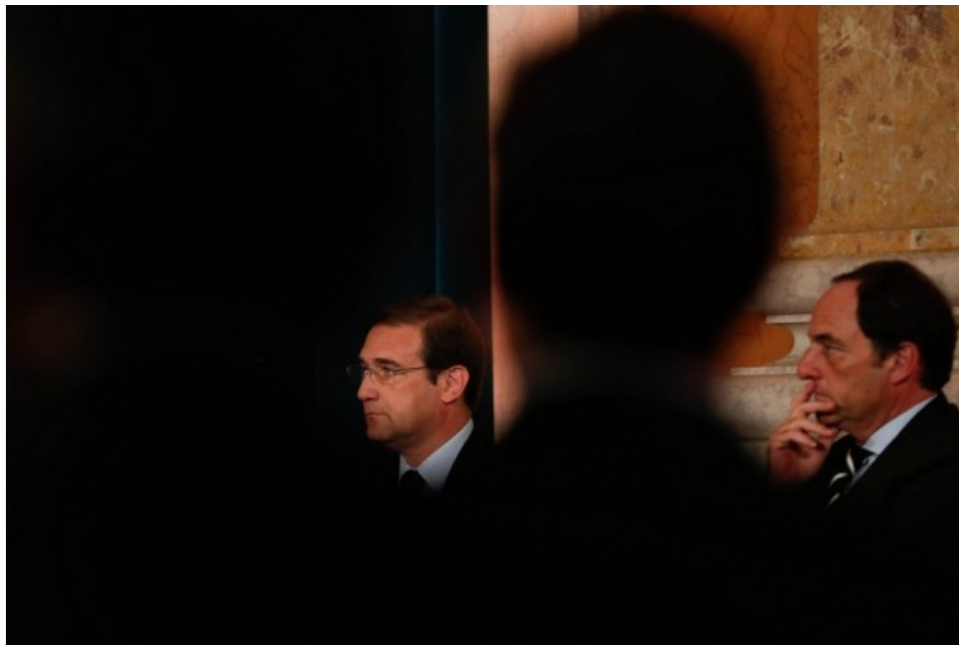
Pesquisar

- ACTUALIDADE MULTIMÉDIA TSF-MADEIRA DÊ NOTÍCIAS EDIÇÃO IMPRESSA
- MADEIRA POLÍTICA ECONOMIA PAÍS MUNDO 5 SENTIDOS DESPORTO OPINIÃO DOSSIERS SUPLEMENTOS
- Assuntos Parlamentares Porto Santo Justiça Ronaldo DIÁRIO das escolas

'Troika' e anterior Governo prejudicaram mais a negociação coletiva do que a crise

Actualizado há 8 horas e 39 minutos

Lusa
1 comentário



A intervenção da 'troika' em Portugal, conjugada com as políticas do anterior Governo, prejudicou mais a negociação coletiva a partir de 2012 do que a crise financeira e económica internacional entre 2008 e 2011, refere um estudo.

De acordo com uma análise da investigadora social Maria da Paz Lima, sobre o desmantelamento da negociação coletiva em Portugal, os efeitos das medidas da 'troika' "foram dramáticos: o bloqueio total da negociação coletiva sobre salários no setor público; e, no setor privado, o declínio drástico do número de convenções setoriais negociadas anualmente, bem como do número de trabalhadores abrangidos por estas".

"Assim, a intervenção da 'troika' conjugada com as políticas da coligação PSD/CDS, teve mais efeitos na erosão da negociação coletiva em Portugal a partir de 2012 do que a crise financeira e económica internacional entre 2008 e 2011, adianta o documento, que vai servir hoje de base a um debate sobre o estado na negociação coletiva e a sua reconstrução, promovido pelo Centro de Estudos Sociais.

A investigadora considera que as exigências do Memorando da 'troika', assinado a 17 de maio de 2011, incidiram sobre a negociação coletiva em vários domínios, nomeadamente na definição de políticas salariais no setor público e do salário mínimo nacional.

Etiquetas
negociação coletiva, troika

Ferramentas

Gosto 1

G+1 3

Tweetar

3

Interessante
Achu este artigo interessante?

+ a a -a

Os mais...

lidos comentados etiquetados

- Se está na Madeira prepare-se para tirar o guarda-chuva da despensa ♥ 3 comentários
- Emitido aviso amarelo por causa da chuva na Madeira ♥ 7 comentários
- Protecção Civil Nacional alerta para possíveis cheias e queda de árvores
- Polícia Marítima resgata cadáver do mar da Ponta da Cruz
- Acidente aparatoso fez um ferido no Palheiro Ferreiro



Faça a sua assinatura digital...

Outras relacionadas...

Alterações ao Código do Trabalho vão ajudar a dinamizar contratação colectiva

07/06/2014 17:11 | PAÍS | ♥ 2 comentários



UGT diz que "troika" fez portugueses de parvos" e que austeridade vai continuar

07/05/2014 17:37 | PAÍS |



Cerca de 100 mil administrativos podem ter aumento salarial de 1,7% este mês

28/10/2015 19:08 | PAÍS |

♥ 1 comentário

PUBLICIDADE

Multimédia

Vídeo Foto-reportagem



10:36

Com as "reformas estruturais", o Memorando alterou o quadro legal regulador da negociação coletiva em matérias suscetíveis de serem reguladas pelas convenções coletivas, como a compensação por despedimento, a organização do tempo de trabalho e a remuneração do trabalho extraordinário, refere a autora do estudo.

A académica considerou ainda que o Governo PSD/CDS, "não só alinhou totalmente com os objetivos do Memorando", como introduziu novas medidas "para além da 'troika'", principalmente no setor público e com alguma incidência no setor privado.

Lembrou, a propósito, os cortes dos salários e subsídios de férias e de Natal na função pública e o aumento do período normal de trabalho semanal de 35 para 40 horas.

Para o setor privado, o Governo de então instituiu critérios para a extensão das convenções coletivas que romperam com o princípio da inclusividade, enquanto o Memorando previa que a extensão das convenções coletivas dependesse da representatividade das partes, o executivo, através da Resolução n.º 90/2012, introduziu o critério exclusivo da representatividade das associações patronais, salientou Maria da Paz Lima.

Segundo o estudo, na sequência das medidas aplicadas em Portugal, "o que entrou em colapso foi o número de convenções atualizadas e a respetiva cobertura", não devido a "uma crise da negociação coletiva", mas sim devido a uma "estratégia de "flexibilidade salarial descendente".

O declínio do número das convenções coletivas de âmbito setorial (CCT) atualizadas seguiu a curva descendente da publicação de portarias de extensão a partir de 2011.

De acordo com a autora, a redução do número de trabalhadores abrangidos pela atualização da negociação coletiva "atingiu níveis sem precedentes". Enquanto em 2008, cerca de um milhão e 895 mil trabalhadores eram abrangidos pela atualização da negociação coletiva, a partir de 2012 o número de trabalhadores abrangidos "reduz-se a mínimos históricos", designadamente em 2013 e 2014, com menos de 250 mil.

Entre 2009 e 2011, em média, 50% dos trabalhadores do setor privado viram as convenções que regulam os seus termos de emprego atualizadas, enquanto que em 2012, esta percentagem desceu para 17%, "abrangendo em 2013 e em 2014 apenas 10%".

Maria da Paz Lima salienta na sua análise que atualmente "Portugal está perante um novo ciclo: o ciclo pós-troika e pós-governança de direita".

"Graças aos acordos parlamentares estabelecidos pelos partidos de esquerda (PS, PCP, BE e Verdes), que em conjunto detêm a maioria de mandatos no parlamento, o PS formou governo assumindo o compromisso de virar a página da austeridade", diz investigadora, lembrando medidas como a recuperação de rendimentos das famílias e dos trabalhadores.

A professora considera que algumas dessas medidas poderão influir positivamente, de forma direta e indireta na negociação coletiva, como é o caso da reversão dos cortes salariais no setor público, da reposição do horário de 35 horas e do aumento do salário mínimo.

"Esta é a oportunidade para refletir e fazer um balanço na perspetiva de definir um novo quadro jurídico, que garanta as condições do exercício efetivo do direito de negociação coletiva, o que pode não ser suficiente mas é absolutamente necessário", disse à agência Lusa.

Para Maria da Paz Lima, "os direitos de negociação coletiva no setor público e o seu exercício são importantes indicadores da qualidade da democracia em qualquer país".

A investigadora disse ainda à Lusa que os portugueses devem aproveitar o novo ciclo político para debater "a importância social da negociação coletiva, competindo depois ao Estado criar um quadro que reponha o equilíbrio da negociação coletiva, que pode ter um papel muito importante no combate às desigualdades e no reforço da coesão social.

Talentos musicais da Madeira Clara Duailibi e Carolina Nóbrega surpreendem com 'What You Got'

Teledisco é realizado por Cristina Vieira, com som gravado no Estúdio Paulo Ferraz e vídeo rodado no Cine Teatro Santo António

[Outros vídeos »](#)

Espaço participação

Depois dos fogos do Verão, estará a Madeira preparada para o tempo chuvoso?



Por exemplo, as encostas sem vegetação, consumida pelas chamas, são um risco em ter em conta.

3 comentários

1 Comentários

[Escrever comentário](#)

Este espaço é destinado à construção de ideias e à expressão de opinião. Pretende-se um fórum construtivo e de reflexão, não um cenário de ataques aos pensamentos contrários.